



Daycoval Leasing  
Banco Múltiplo S.A.  
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

# Daycoval | Leasing

## Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	2021		
	Valor divulgado	Reclassificações	Valor reapresentado
<b>Daycoval Leasing</b>			
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>			
Aumento (Redução) em outras obrigações	19.651	7.654	27.305
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	7.654	(7.654)	-

Estas reclassificações não resultaram em alterações no lucro líquido do período.

### 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis são: a) As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Daycoval Leasing. b) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. c) Caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. d) As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. e) Operações de arrendamento mercantil: i. A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. ii. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual. iii. Imobilizado de arrendamento operacional: É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. f) As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). g) As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. As operações em nível "H" permanecem nesta classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial. h) Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa anual, mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. i) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (*impairment*): Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. j) Outros ativos e passivos são demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, incorridos em base "pro rata" dia. k) O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 13.a.i e 13.d. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, são atendidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. l) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 13.e. m) Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como: i. Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou ii. Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio. n) Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma:

• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda. o) O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determinada a Resolução BCB nº 2/20. p) Uso de estimativas contábeis - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento; (ii) amortizações de ativos diferidos; (iii) provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) avaliação de instrumentos financeiros; e (v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. q) Resultado não recorrente: (i) Oriundos de operações/transações realizadas pelo Daycoval Leasing que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; (ii) Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Daycoval Leasing; e (iii) Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 16.h.

### 4 - SUPERVENIÊNCIA (INSUFICIÊNCIA) DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro atendem às normas do Banco Central do Brasil. Em consequência, de acordo com a Instrução CVM nº 58/86 e Circular BACEN nº 1429/89, o Daycoval Leasing registrou o ajuste de superveniência de depreciação, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$216.219 (R\$89.935 em 2021), classificada no resultado de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento mercantil, determinado com base nas taxas internas de retorno de cada operação. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo acumulado de ajuste de superveniência de depreciação, no montante de R\$532.126 (R\$323.401 em 2021) compõe o valor presente das operações de arrendamento mercantil financeiro, conforme desmembramento da nota 6.e.

### 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	903	251

### 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

#### a) Resumo da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil

	2022	2021
Empréstimos	31.873	52.971
Financiamentos	235.499	234.660
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>267.372</b>	<b>287.631</b>
Arrendamento mercantil financeiro	2.286.458	1.591.383
Arrendamento mercantil operacional (1)	177.322	187.920
<b>Total de operações de arrendamento mercantil</b>	<b>2.463.780</b>	<b>1.779.303</b>
Outros créditos	18.402	9.385
<b>Total de outros créditos com características de concessão de crédito</b>	<b>18.402</b>	<b>9.385</b>
<b>Total</b>	<b>2.749.554</b>	<b>2.076.319</b>

(1) A carteira de arrendamento mercantil está apresentada a valor presente.

### b) Composição da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil por nível de risco:

#### i. Por tipo de operação e nível de risco

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos	15.750	14.116	1.658	-	-	349	-	-	-	31.873
Financiamentos	4.294	52.255	151.630	16.667	5.906	1.431	72	-	3.244	235.499
Arrendamento mercantil	552.433	965.785	789.592	123.169	20.998	1.753	3.975	57	6.018	2.463.780
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.982	4.127	9.293	-	-	-	-	-	-	18.402
<b>Total</b>	<b>577.459</b>	<b>1.036.283</b>	<b>952.173</b>	<b>139.836</b>	<b>26.904</b>	<b>3.533</b>	<b>4.047</b>	<b>57</b>	<b>9.262</b>	<b>2.749.554</b>

#### Segregação das operações

Operações em curso normal (1)	577.459	1.035.802	944.752	137.167	26.638	2.737	540	57	2.857	2.728.009
Operações em curso anormal (2)	-	481	7.421	2.669	266	796	3.507	-	6.405	21.545
<b>Total</b>	<b>577.459</b>	<b>1.036.283</b>	<b>952.173</b>	<b>139.836</b>	<b>26.904</b>	<b>3.533</b>	<b>4.047</b>	<b>57</b>	<b>9.262</b>	<b>2.749.554</b>

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos	39.195	11.289	1.973	-	-	514	-	-	-	52.971
Financiamentos	8.471	56.230	141.927	8.994	8.911	5.213	168	-	4.746	234.660
Arrendamento mercantil	501.479	610.626	573.863	67.369	18.769	3.984	1.496	133	1.584	1.779.303
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.866	3.519	-	-	-	-	-	-	-	9.385
<b>Total</b>	<b>555.011</b>	<b>681.664</b>	<b>717.763</b>	<b>76.363</b>	<b>27.680</b>	<b>9.197</b>	<b>2.178</b>	<b>133</b>	<b>6.330</b>	<b>2.076.319</b>

#### Segregação das operações

Operações em curso normal (1)	555.011	681.550	712.273	71.633	22.903	8.969	1.345	-	4.764	2.058.448
Operações em curso anormal (2)	-	114	5.490	4.730	4.777	228	833	133	1.566	17.871
<b>Total</b>	<b>555.011</b>	<b>681.664</b>	<b>717.763</b>	<b>76.363</b>	<b>27.680</b>	<b>9.197</b>	<b>2.178</b>	<b>133</b>	<b>6.330</b>	<b>2.076.319</b>

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

#### ii. Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
<b>Operações em curso normal (1)</b>	<b>577.459</b>	<b>1.035.802</b>	<b>944.752</b>	<b>137.167</b>	<b>26.638</b>	<b>2.737</b>	<b>540</b>	<b>57</b>	<b>2.857</b>	<b>2.728.009</b>
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>577.459</b>	<b>1.033.639</b>	<b>943.417</b>	<b>136.973</b>	<b>26.354</b>	<b>2.685</b>	<b>536</b>	<b>57</b>	<b>2.846</b>	<b>2.723.966</b>
Até 3 meses	77.827	120.551	122.587	17.357	4.986	520	158	57	553	344.596
De 3 a 12 meses	139.442	274.368	276.827	41.265	9.501	1.197	270	-	1.122	743.992
De 1 a 3 anos	249.919	470.285	440.146	66.551	10.487	968	108	-	1.171	1.239.635
De 3 a 5 anos	110.247	155.851	100.898	11.798	1.380	-	-	-	-	380.174
Acima de 5 anos	24	12.584	2.959	2	-	-	-	-	-	15.569
<b>Vencidas até 14 dias</b>	<b>-</b>	<b>2.163</b>	<b>1.335</b>	<b>194</b>	<b>284</b>	<b>52</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>4.043</b>

Operações em curso anormal (2)	-	481	7.421	2.669	266	796	3.507	-	6.405	21.545
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>-</b>	<b>461</b>	<b>7.364</b>	<b>2.399</b>	<b>241</b>	<b>590</b>	<b>2.680</b>	<b>-</b>	<b>4.931</b>	<b>18.666</b>
Até 3 meses	-	56	1.146	336	51	138	631	-	597	2.955
De 3 a 12 meses	-	151	2.602	891	125	303	1.595	-	1.567	7.234
De 1 a 3 anos	-	254	3.611	1.172	65	149	454	-	2.759	8.464
De 3 a 5 anos	-	-	5	-	-	-	-	-	8	13
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>57</b>	<b>270</b>	<b>25</b>	<b>206</b>	<b>827</b>	<b>-</b>	<b>1.474</b>	<b>2.879</b>
Até 60 dias	-	20	57	270	23	98	434	-	437	1.339
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	2	53	238	-	235	528
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	55	155	-	487	697
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	315	315
<b>Total</b>	<b>577.459</b>	<b>1.036.283</b>	<b>952.173</b>	<b>139.836</b>	<b>26.904</b>	<b>3.533</b>	<b>4.047</b>	<b>57</b>	<b>9.262</b>	<b>2.749.554</b>

#### Provisão associada a risco de crédito

Mínima requerida (3)	-	5.181	9.522	4.195	2.690	1.060	2.024	40	9.262	33.974
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.181</b>	<b>9.522</b>	<b>4.195</b>	<b>2.690</b>	<b>1.060</b>	<b>2.024</b>	<b>40</b>	<b>9.262</b>	<b>33.974</b>

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
<b>Operações em curso normal (1)</b>	<b>555.011</b>	<b>681.550</b>	<b>712.273</b>	<b>71.633</b>	<b>22.903</b>	<b>8.969</b>	<b>1.345</b>	<b>-</b>	<b>4.764</b>	<b>2.058.448</b>
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>555.003</b>	<b>681.458</b>	<b>711.983</b>	<b>71.625</b>	<b>22.895</b>	<b>8.965</b>	<b>1.340</b>	<b>-</b>	<b>4.764</b>	<b>2.058.033</b>
Até 3 meses	76.275	97.743	99.196	11.945	3.426	1.014	425	-	578	290.602
De 3 a 12 meses	119.893	185.059	212.748	20.438	7.616	2.775	439	-	1.517	550.485
De 1 a 3 anos	238.154	310.920	327.487	31.070	10.173	4.949	471	-	2.398	925.622
De 3 a 5 anos	112.743	86.931	71.063	8.172	1.678	227	5	-	271	281.090
Acima de 5 anos	7.938	805	1.489	-	2	-	-	-	-	10.234
<b>Vencidas até 14 dias</b>	<b>8</b>	<b>92</b>	<b>290</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>415</b>

Operações em curso anormal (2)	-	114	5.490	4.730	4.777	228	833	133	1.566	17.871
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>-</b>	<b>108</b>	<b>5.385</b>	<b>4.297</b>	<b>3.695</b>	<b>185</b>	<b>759</b>	<b>98</b>	<b>559</b>	<b>15.086</b>
Até 3 meses	-	19	661	746	1.479	30	32	16	108	3.151
De 3 a 12 meses	-	53	1.486	1.523	2.216	65	333	44	210	5.930
De 1 a 3 anos	-	36	2.940	2.028	-	90	334	38	202	5.668
De 3 a 5 anos	-	-	298	-	-	-	-	-	39	337
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>105</b>	<b>433</b>	<b>1.082</b>	<b>43</b>	<b>74</b>	<b>35</b>	<b>1.007</b>	<b>2.785</b>
Até 60 dias	-	6	105	433	1.082	21	48	11	172	1.878
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	-					

Daycoval Leasing  
Banco Múltiplo S.A.  
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

# Daycoval | Leasing

## Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### b) Diversas:

	2022		2021	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Credores diversos (1)	80.877	-	30.763	-
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	2.021	179	2.479	-
Credores por recursos a liberar (3)	1.099	-	616	-
Despesas administrativas a pagar (4)	116	31	88	28
Valores a pagar sociedade ligadas	74	-	9	-
<b>Total</b>	<b>84.187</b>	<b>210</b>	<b>33.955</b>	<b>28</b>

(1) Referem-se substancialmente a fornecedores de equipamentos de arrendamento e resultado de exercícios futuros

(2) Referem-se a provisões para despesas de pessoal, férias e 13º salário.

(3) Referem-se a fornecedores de despesas administrativas.

(4) Referem-se substancialmente à despesas administrativas e honorários advocatícios de sucesso no valor de R\$31 (R\$28 em 2021).

### 13 - TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$ 240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras (1)	21,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) Conforme Lei 14.446/22, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi elevada de 20% para 21%, de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

a) Despesas com impostos e contribuições: i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	2022	2021
<b>Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado</b>	<b>148.936</b>	<b>137.103</b>
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes (1)	67.031	65.227
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de IR e CSLL</b>		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(615)	128
Outros valores	21	(113)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do período</b>	<b>66.437</b>	<b>65.242</b>
Imposto corrente	(21)	(44.865)
Imposto diferido	(66.416)	(20.377)

(1) As alíquotas vigentes do IRPJ e CSLL consideradas até julho de 2022 eram de 45% e a parte de agosto de 2022 são de 46%.

### ii. Despesas tributárias

	2022	2021
Contribuições ao COFINS	6.818	6.571
Contribuições ao PIS / PASEP	1.108	1.462
ISS	15.817	10.983
Outras despesas tributárias	101	57
<b>Total</b>	<b>23.844</b>	<b>19.073</b>

### b) Ativos e obrigações fiscais

	2022	2021
<b>Ativos fiscais</b>		
<b>Correntes</b>	<b>22.753</b>	<b>21.567</b>
Impostos e contribuições a compensar (1)	22.753	21.567
<b>Diferidos</b>	<b>40.176</b>	<b>14.530</b>
Créditos tributários (nota 13.d)	40.176	14.530
<b>Total</b>	<b>62.929</b>	<b>36.097</b>
<b>Obrigações fiscais</b>		
<b>Correntes</b>	<b>3.450</b>	<b>48.052</b>
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	-	13.149
Provisão para contribuição social sobre o lucro	-	31.625
Impostos e contribuições a recolher	3.450	3.278
<b>Diferidos</b>	<b>172.913</b>	<b>80.850</b>
Obrigações fiscais (nota 13.d)	172.913	80.850
<b>Total</b>	<b>176.363</b>	<b>128.902</b>

(1) Referem-se substancialmente à antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$18.473 (R\$21.205 em 2021).

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo): Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

### d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	2021		2022	
	Constituição	(Realização)	Constituição	(Realização)
<b>Créditos tributários</b>				
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:</b>				
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	710	377	1.087	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	12.806	3.240	16.046	
Prejuízo fiscal do imposto de renda	-	21.672	21.672	
Outras adições temporárias	1.014	357	1.371	
<b>Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>14.530</b>	<b>25.646</b>	<b>40.176</b>	
<b>Obrigações fiscais diferidas:</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre superveniência	80.850	92.063	172.913	
<b>Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias</b>	<b>80.850</b>	<b>92.063</b>	<b>172.913</b>	

### Créditos tributários

	2020	2021	2022
<b>Créditos tributários</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para contingências	598	112	710
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	11.868	938	12.806
Outras adições temporárias	802	212	1.014
<b>Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>13.268</b>	<b>1.262</b>	<b>14.530</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas:</b>			
Imposto de renda diferido sobre superveniência	59.212	21.638	80.850
<b>Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias</b>	<b>59.212</b>	<b>21.638</b>	<b>80.850</b>

### e) Previsão de realização dos créditos tributários:

	2022		Total de impostos diferidos
	Diferenças temporárias de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	2.229	1.783	4.012
Até 2 anos	2.990	2.392	5.382
Até 3 anos	2.229	1.783	4.012
Até 4 anos	2.229	1.783	4.012
Até 5 anos	12.040	9.632	21.672
Acima de 5 anos	604	483	1.087
<b>Total</b>	<b>22.320</b>	<b>17.856</b>	<b>40.176</b>

	2021		Total de impostos diferidos
	Diferenças temporárias de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	4.110	3.288	7.398
Até 2 anos	2.377	1.902	4.279
Até 3 anos	1.094	875	1.969
Até 4 anos	385	308	693
Até 5 anos	106	85	191
<b>Total</b>	<b>8.072</b>	<b>6.458</b>	<b>14.530</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$24.769 (R\$12.495 em 2021) e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

### 14 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Daycoval Leasing não reconheceu ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: O Daycoval Leasing é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.n). A Administração do Daycoval Leasing entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O saldo de provisões para riscos cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis	728	645
Processos trabalhistas	15	-
Processos fiscais	1.839	1.098
<b>Total</b>	<b>2.582</b>	<b>1.743</b>

### Saldo no início do exercício

	2022	2021
<b>Cíveis</b>	<b>645</b>	<b>-</b>
<b>Trabalhistas</b>	<b>83</b>	<b>15</b>
<b>Fiscais</b>	<b>728</b>	<b>15</b>

### Saldo ao final do exercício

	2022	2021
<b>Cíveis</b>	<b>543</b>	<b>47</b>
<b>Trabalhistas</b>	<b>102</b>	<b>(47)</b>
<b>Fiscais</b>	<b>645</b>	<b>-</b>

c) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir: **Processos de Execução fiscal de ISS** dos municípios de Cascavel-PR e Uberlândia-MG, no montante atualizado de R\$310, classificado como perda remota, onde é pretendido pelos municípios receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes domiciliados nestes. **Processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068** Mandado de Segurança Cível, para a suspensão de exigibilidade do pagamento do ISS lançado pelo município de Barueri-SP com fundamentos na decisão da ADPF 189. Classificado como perda possível. O município de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R\$6.623, valor referente a diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser o legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. O valor atualizado é de R\$12.609. Em 31 de dezembro de 2022, há processos judiciais referentes ao PAT provisionados pelo Daycoval Leasing no montante de R\$166. Não houve processos referentes ao PAT provisionados em 31 de dezembro de 2021. O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações, é de R\$1.673 (R\$1.098 em 2021).

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações cíveis e trabalhistas não apresentam valores com a referida classificação. Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Daycoval Leasing.

### 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é de R\$ 343.781 (R\$ 343.781 em dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado, está representado por 5.780.078.463 ações ordinárias nominativas (5.780.078.463 em 2021), sem valor nominal.

### b) Reservas de capital e lucros:

	2022	2021
<b>Reserva de capital</b>	<b>350</b>	<b>350</b>
<b>Reservas de lucros</b>	<b>328.827</b>	<b>265.922</b>
Reserva legal (1)	11.324	7.199
Reservas estatutárias (2)	317.503	258.723

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(2) É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos: Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. i. Demonstração dos dividendos obrigatórios:

	31/12/2022	% (1)
<b>Lucro líquido</b>	<b>82.499</b>	
(-) Constituição de reserva legal	(4.125)	
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>78.374</b>	
Valor dos dividendos obrigatórios	19.594	25,00

(1) Conforme disposição estatutária.

Em Assembleia realizada em 08 de fevereiro de 2022, foi deliberado e aprovado a não distribuição de dividendos aos acionistas, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### d) Lucro líquido por ação

	2022	2021
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas</b>	<b>82.499</b>	<b>71.861</b>
<b>Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações</b>		
Ações ordinárias	82.499	71.861

### Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social (1)

	2022	2021
Ações ordinárias	5.780.078.463	5.780.078.463

### Lucro líquido por ação - Básico

	2022	2021
Ações ordinárias	0,01427	0,01243

### Lucro líquido por ação - Diluído

	2022	2021
Ações ordinárias	0,01427	0,01243

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20.

### 16 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

#### RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2022	2021
<b>a) Operações de crédito</b>		
Empréstimos e financiamentos	39.254	24.617
<b>Total do resultado com operações de crédito</b>	<b>39.254</b>	<b>24.617</b>
<b>b) Operações de arrendamento mercantil</b>		
<b>Arrendamento mercantil financeiro</b>		
Arrendamento mercantil financeiro - recursos internos	992.743	627.481
Lucro na alienação de bens arrendados	36.638	32.603
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 6.h)	556	3.519
(-) Despesas de arrendamento mercantil financeiro	(727.709)	(503.512)
<b>Rendas com operações de arrendamento mercantil financeiro</b>	<b>302.228</b>	<b>160.091</b>
<b>Arrendamento mercantil Operacional</b>		
Arrendamento mercantil operacional - recursos internos	140.190	108.260
Lucro na alienação de bens arrendados	37	4.627
(-) Despesas de arrendamento mercantil operacional	(108.946)	(87.952)
<b>Rendas com operações de arrendamento mercantil operacional</b>	<b>31.281</b>	<b>24.935</b>

#### DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2022	2021
<b>c) Operações de captação no mercado</b>		
Depósitos interfinanceiros	(200.438)	(49.060)
<b>Total do resultado de operações de captação no mercado</b>	<b>(200.438)</b>	<b>(49.060)</b>

### OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

d) Despesas de pessoal	2022	2021
Proventos	(7.166)	(7.025)
Encargos sociais	(2.668)	(2.573)
Benefícios	(1.915)	(1.717)
Honorários da diretoria	(1.111)	(972)
Acordos trabalhistas	-	(47)
Treinamento	(18)	-
Remuneração de estagiários	(4)	(22)
<b>Total de despesas com pessoal</b>	<b>(12.882)</b>	<b>(12.356)</b>
<b>e) Outras despesas administrativas</b>		
Despesas de processamento de dados	(985)	(1.345)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	(1.006)	(1.145)
Outras despesas administrativas	(462)	(445)
Despesas de alugueis e seguros	(324)	(295)
Despesas de depreciação e amortização	(259)	(239)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(71)	(107)
Despesas de comunicações	(17)	(21)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(62)	(42)
Despesas de água, energia e gás	(23)	(23)
Despesas com materiais	-	(1)
<b>Total de outras despesas administrativas</b>	<b>(3.209)</b>	<b>(3.663)</b>

f) Outras receitas operacionais

	2022	2021
Outras receitas operacionais (1)	9.093	5.247
Variação monetária (2)	6	123
Reversão de contingências trabalhistas de exercícios anteriores	-	47
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>9.099</b>	<b>5.417</b>

Daycoval Leasing  
Banco Múltiplo S.A.  
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

# Daycoval | Leasing

## Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

lização, principalmente o método de “fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

### 19 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Daycoval Leasing faz parte do Conglomerado Daycoval que exerce a gestão de governança de forma integrada, valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias e ferramentas de mensuração e controle, para isso se utiliza de estrutura comum de Gestão de Riscos e Compliance; Auditoria Interna; Ouvidoria e Comitê de Auditoria. A Gestão de Riscos, subordinada à Alta Administração, desempenha papel institucional atuando sobre o aperfeiçoamento dos processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental e climática e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações, de forma integrada. O Daycoval Leasing, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para disseminar atitudes que estimulem a formação de uma cultura orientada para gerenciá-los. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento, de retorno de investimentos e dos riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização. A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos contribui para melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval Leasing, estando alinhado com as diretrizes da Administração, Comitê Executivo e Integrado de Gerenciamento de Riscos e Capital, para nortear as ações visando garantir o cumprimento à regulamentação vigente, assegurar a implantação das ações e acesso às informações necessárias para a gestão. As responsabilidades para identificação de riscos e seu gerenciamento, estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição. As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval Leasing investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade) que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios. **a) Risco de mercado:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros. **i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval Leasing está exposto: Risco de preço de taxa de juros:** Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em: • Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos; • Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva. **ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado: Valor em Risco (VaR):** O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definido. Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval Leasing entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação. **Metodologia Paramétrica:** Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições. **Carteira bancária (Banking Book):** A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas: • **ΔEVE** (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros; • **ΔNIH** (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. **iii. Teste de Estresse:** É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado. **iv. Análise de Cenários:** O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco. Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo. Na definição dos cenários, são considerados: • A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas; • O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na

análise e dificuldade na interpretação dos resultados. Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval Leasing, possui um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras: • **Carteira Banking:** refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco. A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval Leasing e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval Leasing. O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Banking para as datas-base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Fatores de risco	2022			2021				
	Cenários	1	2	3	Cenários	1	2	3
Pré-fixado	(55.941)	(131.430)	(199.197)	(52.983)	(116.995)	(174.712)		
Pós-fixado	(3.736)	(9.130)	(14.359)	(2.758)	(6.328)	(9.798)		

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários: • **Cenário 1:** refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 16,13% a.a. (14,50% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 89.982 pontos (85.954 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 7,57% a.a. (7,21% a.a. em 2021). • **Cenário 2:** para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 20,16% a.a. (18,13% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 67.486 pontos (64.466 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 9,46% a.a. (9,01% a.a. em 2021). • **Cenário 3:** para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 24,20% a.a. (21,75% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 44.990 pontos (42.977 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 11,36% a.a. (10,82% a.a. em 2021). É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2022 e de 2021. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas Demonstrações Contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Daycoval Leasing. **b) Risco de liquidez:** Define-se Risco de Liquidez a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna: **i. Principais Fatores de Riscos Externos:** • Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais; • Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador; • Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema; • Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da Instituição; • Escassez de recursos no mercado. **ii. Principais Fatores de Riscos Internos:** • Apetite de risco do Daycoval Leasing e definição do nível aceitável de liquidez; • Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados; • Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito; • Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez; • Alavancagem. Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto no médio e longo prazos.

**c) Risco de crédito:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte; do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. **i. Classificação das Operações:** Para classificação das operações de crédito e de arrendamento mercantil, o Daycoval Leasing utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil. **ii. Modelos de Credit Scoring Daycoval Leasing:** São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de score são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto. **iii. Tesouraria –**

**Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras:** Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas. **d) Risco operacional:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval Leasing conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Nestes processos, a área de GRC - Governança, Riscos e Compliance trabalha, em sinergia com os gestores das áreas executivas, na aplicação das metodologias e ferramentas de análise corporativas dos seguintes fatores: • Mensuração do impacto do risco; • Avaliação de frequência de ocorrência do risco; • Cálculo da severidade do risco (impacto x probabilidade); • Mensuração da efetividade do controle. Entendemos que esta atividade permeia os processos realizados por todas as áreas e, o resultado é construção de uma Matriz de Riscos e Controles, que apresenta uma visão detalhada da exposição ao risco operacional, sendo possível analisar os riscos que possuem maior nível de exposição para, se necessário, alinhar plano de ações de mitigação. Para fins de continuidade dos negócios, a estratégia definida é manter em funcionamento todas as áreas e linhas de negócios, incluindo serviços relevantes prestados por terceiros, em contingência. Objetivando cumprimento da deliberação da alta administração, a gestão de continuidade de negócio deve ser implantada visando assegurar as condições de continuidade das atividades e limitando perdas decorrentes de possível interrupção dos processos críticos de negócio. **e) Risco de conformidade:** Definimos como risco associado a sanções legais ou regulamentares, de perdas financeiras ou mesmo de perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares e códigos de conduta. No Daycoval Leasing, o acompanhamento das atividades para atendimento às leis e regulamentos é realizada pela Gestão de Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade no atendimento dos prazos e dos objetivos da Instituição e do Conglomerado, bem como gerenciar, de maneira integrada, este risco em conjunto com os demais, garantindo a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade para o cumprimento das normas regulamentares, legais e internas. **f) Responsabilidade social, ambiental e climática:** É a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a risco social, ambiental e climático, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Conglomerado Daycoval, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) estabelece diretrizes que norteiam o Conglomerado Daycoval em aspectos sociais, ambientais e climáticos, proporcionais ao seu modelo de negócio, a natureza das operações e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição, bem como, na relação com as partes interessadas e prever a estrutura de governança para garantir a avaliação e o gerenciamento contínuo do risco social, ambiental e climático, considerando os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência. As ações de mitigação do risco social, ambiental e climático são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e, na gestão do risco social, ambiental e climático efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com suporte, conforme o caso, das áreas GRC e da área jurídica. A estrutura de governança conta ainda com o Comitê Executivo de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, visando assegurar adequada integração com a PR SAC.

### 20 - OUTRAS INFORMAÇÕES

**a) Relacionamento com auditores:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente. A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **b) Impactos da Pandemia COVID-19:** O Daycoval Leasing monitora os efeitos da pandemia COVID-19 que possam afetar adversamente seus resultados e observa os protocolos adotados pelo Ministério da Saúde e pelas demais Autoridades para mitigar os efeitos da COVID-19, o que garante a manutenção de nossas atividades operacionais e administrativas. Desde a decretação do estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em março de 2020, estruturamos Comitê de Crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que reporta periodicamente as avaliações sobre a evolução da COVID-19 e seus reflexos nas operações do Daycoval Leasing ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores. A mensuração dos impactos relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração. Todas as projeções econômicas têm abrangido o efeito e o controle desta Pandemia, tendo em vista que sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

A ADMINISTRAÇÃO

Contador: LUIZ ALEXANDRE CADORIN – CRC 1SP243564/O-2

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do  
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Vanderlei Minoru Yamashita  
Contador  
CRC nº 1 SP 201506/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>